A Invasão de Soult e A Reconquista de Chaves aos Franceses. Uma análise operacional.

Tenente-coronel
Abílio Pires Lousada

Considerações Iniciais

A Reconquista de Chaves aos franceses, ocorrida em Março de 1809, é um episódio inserto nas invasões a que Napoleão sujeitou Portugal, no início do século XIX, um episódio da Guerra Peninsular, um acontecimento particularmente relevante, quando o tema é a Invasão de Soult.

Os estudos que insignes historiadores nos revelam sobre Guerra Peninsular e Invasões Francesas, incluindo os dados à estampa no presente âmbito das comemoração do seu bicentenário, relegam, sistematicamente, o acontecimento «Chaves - Março de 1809» para pouco mais que uma simples nota de rodapé.

Mas isso não significa que a narrativa do acontecimento não esteja historiada. De facto, em textos específicos sobre a denominada 2ª Invasão Francesa ou centrados na figura do General Francisco da Silveira, a Reconquista de Chaves aos franceses surge analisada com detalhe, desde a queda da praça às mãos de Soult, em 12 de Março de 1809, até à acção de Silveira e consequente recuperação, em 25 do mesmo mês. E, neste aspecto, é justo distinguir a «lembrança» comemorativa do centenário da Reconquista de Chaves (1909), que fez chegar até nós textos vários, a maioria através de artigos, cujo mérito

narrativo são incontornáveis para o nosso estudo.

Cem anos decorridos, o tema renova a epopeia; uma centúria é tempo bastante para abordagens diferentes, novas interpretações e a especificação de uma operação militar que coloca Chaves na rota das comemorações do bicentenário da Guerra Peninsular, a decorrer em Portugal entre 2007-2014. Assim, a iniciativa de comemoração desta efeméride levada a efeito pelo Regimento de Infantaria 19, na pessoa do seu Comandante, Coronel de Infantaria José Coelho Rebelo, em parceria com a Câmara Municipal de Chaves, é altamente louvável, porque não ignora a máxima que os «povos que ignoram a sua História tendem a não se respeitarem a si próprios». E, de facto, as gentes transmontanas, que tão boa conta deram na expulsão de Junot em 1808, voltaram a dar provas do seu timbre patriótico em 1809, conscientes que agora a intrusão lhes dizia directamente respeito, pois a invasão de Soult centrou-se, com particular acuidade, no seu espaço quotidiano.

Pelas razões expostas, a minha tarefa não se apresenta facilitada, recaindo a apreensão em não acrescentar «novos pontos ao conto». Mas, porque a riqueza do «conto» tem muito para mostrar, aceitei com particular satisfação o repto de memorizar, em «letra de forma», o feito de armas patriótico dos Fronteiros de Chaves. Até porque o Regimento de Infantaria 19, onde prestei serviço como oficial subalterno, entre 1991-1995 é, e será, o meu Regimento.

E, assim, proponho encetar uma abordagem diferente do tema, através da sua análise operacional.

Então, antes de entrar propriamente no assunto, enquadro os acontecimentos à luz da manobra diplomática portuguesa desde a Revolução Francesa ao período das invasões. Depois, analiso comparativamente os eixos de aproximação Espanha-Portugal e os teatros de operações utilizados pelos franceses nas invasões efectuadas e caracterizo o estrato social português da época. Tal permite, por um lado, compreender as razões de escolha de cada eixo de penetração por Napoleão, que foram diferentes de invasão para invasão e, por outro lado, acompanhar a especificidade da resistência à ocupação em cada espaço geográfico do País directamente afectado. Por fim, juntando terreno com forças militares, acompanho as vicissitudes da invasão do Marechal Soult desde a Galiza ao Minho, até à várzea de Chaves, percebendo as razões da impossibilidade de penetração na raia minhota e as facilidades de acesso na vila flaviense.

A ocupação de Chaves por Soult e as operações militares desenvolvidas pelo Brigadeiro Francisco da Silveira, que conduziram à sua reconquista, são o ponto central do estudo onde, para além de acompanharmos «o jogo» táctico dos dois comandantes, extrairemos as ilações estratégicas e as consequências operacionais da reconquista de Chaves.

"*E se eles voltam!*" era o dilema português, após Junot ser expulso em Agosto de 1808. Um dilema centrado em preocupações militares, onde sobressaía a ausência de um exército regularmente organizado e preparado para enfrentar de novo os franceses.

Eles voltaram! E o resultado foi a mais curta invasão napoleónica, quer no tempo quer no espaço, em que a violência do confronto foi característica dominante. Invadir Portugal pelo Norte, tendo o Porto como objectivo intermédio, revelou-se um erro, só possível de explicar pela ignorância relativamente ao temperamento das suas gentes, o apego à terra e a relutância em colaborar ou acomodar-se perante intrusos ostensivos; ignorância que se estende à orografia, ao clima e aos recursos alimentares e de alojamento da região, agrestes nos dois primeiros casos e escassos nos dois últimos.

Consequentemente, o fracasso da invasão, mais que uma fatalidade francesa, constitui uma realidade prognosticada, de tal forma que o Exército «galego» de Soult, que tinha Lisboa como objectivo final, não foi sequer capaz de se sustentar no Douro. Neste âmbito, a acção dos Fronteiros de Chaves e a reconquista da vila por Francisco da Silveira deram um contributo inestimável, desligando a «corrente» logística do exército de francês e deixando-o com «um espinho» cravado nas costas.

O feito de armas de 25 de Março de 1809 comemora o dia do Regimento de Infantaria 19, herdeiro do então Regimento de Infantaria 12. É justo mas, quanto a nós, algo redutor, porquanto a acção de reconquista de Chaves envolveu outras unidades da vila, como o Regimento de Cavalaria 6, as milícias, as ordenanças e os populares, ou seja, foi todo um conjunto «comunitário» que gritou presente. Portanto, a relevância do acontecimento libertador e a abrangência do envolvimento de todo o estrato político, militar e social da região mereciam que o 25 de Março de 1809 representasse, além do dia festivo do Regimento de Infantaria 19, o dia da Cidade de Chaves.

"Nada de neutros! É necessário atacar Lisboa".
Proclamação na Assembleia Francesa.

1. Da França Revolucionária às Campanhas Napoleónicas

O impacto da Revolução Francesa (1789), sobretudo a partir da execução de Luís XVI (1793), redundou numa ameaça às monarquias europeias do Antigo Regime.

Em 1793, a Inglaterra abandona a sua inicial política de neutralidade. A Espanha segue o mesmo caminho e Portugal associa-se a ambos os países, por tratados de aliança recíproca e auxílio mútuo contra a França revolucionária.

Difícil equilíbrio, neutralidade impossível. Entre a Espanha e a Inglaterra, por um lado, e a França, por outro, Portugal vai atravessar um longo período de tensão armada e, entre os últimos anos do século XVIII e o primeiro do seguinte, ver-se-á envolvido em dois conflitos internacionais: as campanhas do Rossilhão/Catalunha (1793-1795) e a Guerra das Laranjas (1801).

No primeiro, Portugal participa com uma Divisão Auxiliar ao lado da Espanha contra a

França, sem declaração formal de guerra[1] (ao contrário da Espanha), uma campanha que correu mal às armas peninsulares; no segundo, Portugal recebe uma declaração de guerra conjunta da Espanha e da França, que mudaram radicalmente a atitude diplomática, passando de inimigos a aliados. Portugal foi invadido por um exército hispano-francês através de uma campanha relâmpago que durou três meses, perdendo Olivença para a Espanha e a Guiana para a França.

A realidade é que a exportação das ideias liberais francesas mergulharam o continente numa guerra ideológica, a que Napoleão emprestou uma racionalidade política assente numa luta de soberanias. De permeio, Portugal viu-se posicionado no caminho das grandes potências, face ao conflito que envolvia a Inglaterra e a França.

Incapaz de impor a neutralidade desejada, por ausência de um aparelho militar dissuasor, sobreveio o dilema perante a atitude a tomar. A ambiguidade foi, inicialmente, a conduta marcante da política externa do Governo, que procurou assumir compromissos de circunstância, onde foi notória a ausência de uma estratégia de afirmação na conjuntura europeia. A questão arrastou-se de 1801 a 1806.

Depois de Napoleão perder capacidade naval com a derrota em Trafalgar (1805), o destino de Portugal fica selado: o imperador não pode permitir que este País seja uma cabeça de praia da Inglaterra no continente. No ano seguinte, Napoleão firmou a Paz de Tilsit, com a Rússia, e decretou o Bloqueio Continental, coacção económica passível de substituir a inviabilidade de uma invasão das ilhas britânicas. Só não aderiram a Suécia e Portugal. A recusa portuguesa é incomportável para Napoleão. Daí as invasões. Mas antes, para facilitar a colaboração espanhola, assinou com Manuel Godoy, primeiro-ministro de Espanha, o secreto Tratado de Fontainebleau (27 Outubro de 1807) que retalhava o País em três partes e onde a Espanha se comprometia a auxiliar a França, na conquista de Portugal.

Assim, obrigado a delimitar o seu campo de interacção, Portugal foi obrigado a escolher entre a aproximação à potência continental (França) ou a manutenção do secular entendimento com a potência marítima (Inglaterra). Deste modo, no início do século XIX, Portugal era, uma monarquia sitiada, dependente dos interesses da França e da Grã-Bretanha.
A escolha do campo francês, onde pontificava a Espanha, implicava o conflito marítimo com a Inglaterra, que fazia perigar as possessões ultramarinas e a perda das vantagens comerciais emanadas do Atlântico, essenciais para a economia do Reino; conservar a aliança inglesa conduziria, inevitavelmente, à invasão do território nacional por franceses e espanhóis. Desta forma, "*o dilema era o da morte por asfixia ou por invasão*"[2].

Decidida a adesão à causa britânica, o País foi sistematicamente invadido por tropas napoleónicas, contando então com o auxílio político e militar do aliado insular. Consumava-se, desta forma, a invasão militar pela França, a partir de 1807, e política pela Inglaterra, fazendo de Portugal o teatro de operações no confronto anglo-francês. O resultado foi a retirada da corte portuguesa para o Brasil, a invasão do País pelos

exércitos franco-espanhóis e a presença militar britânica em solo português a combater as tropas napoleónicas.

"A sua posição privilegiada (Portugal), a protecção dos ingleses, a fraqueza dos inimigos, a dificuldade dos seus caminhos e o número de praças-fortes colocam-no ao abrigo de ser invadido".
Charles Dumourier, oficial francês, 1766.

2. Portugal Geográfico-Militar

Como ponto prévio, partimos do princípio que Portugal foi sujeito a cinco Invasões, entre 1801 e 1812: a de 1801, apesar de ser materializada, militarmente, pela Espanha e ter Manuel Godoy, primeiro-ministro de Espanha, como «figura de proa», contou com «patrocínio» político e apoio militar da França; em 1807, a invasão foi franco-hispânica e teve em Junot «o comandante de serviço»; as de 1809, 1810 e 1812 foram exclusivamente francesas, contando com Soult, Masséna e Marmot como chefes militares, respectivamente.

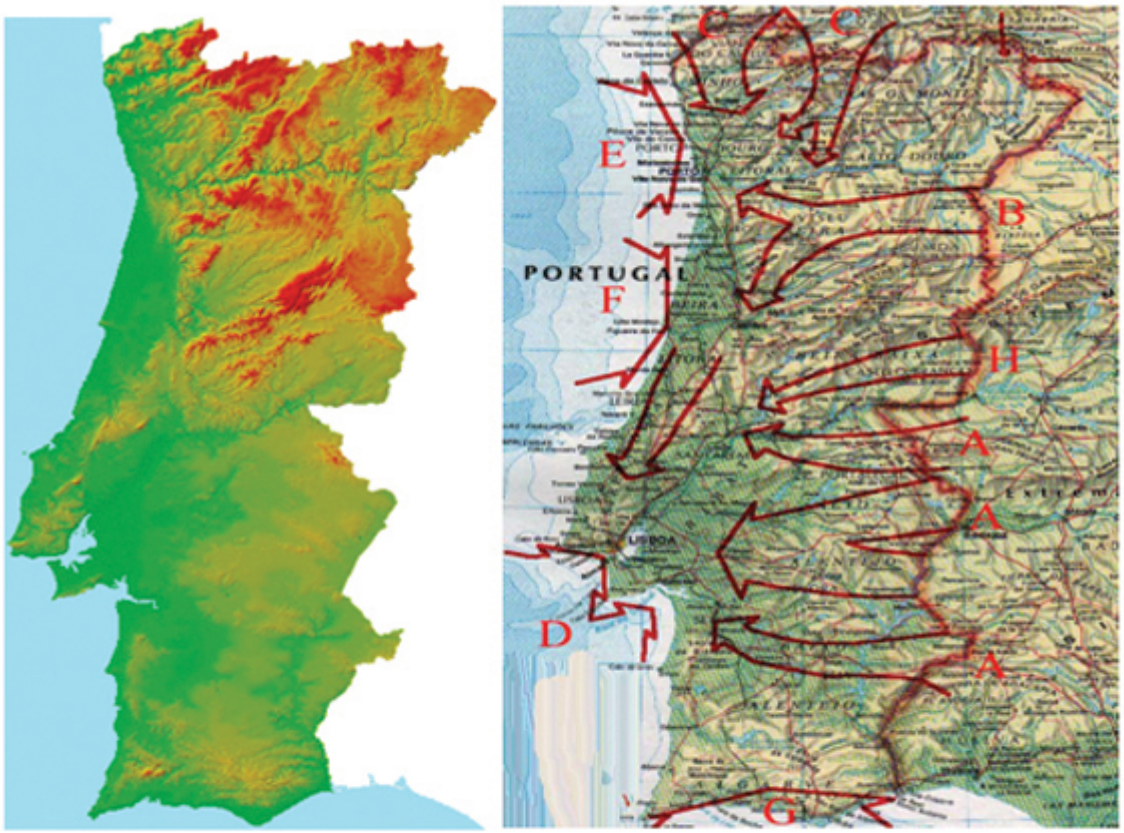

Fig. 1 – Zona de Operações Terrestre do Território Português
(Fonte: Instituto de Estudos Superiores Militares)

Fig. 1 - Zona de Operações Terrestre do Território Português

(Fonte: Instituto de Estudos Superiores Militares)

2.1. Eixos de Penetração das Invasões Francesas

Historicamente, Lisboa apresenta-se como objectivo principal de qualquer ofensiva externa. A sua conquista é "*susceptível de criar imediatamente uma situação de desequilíbrio psicológico que conduza à rendição do resto do País, desde que não haja um vigoroso sentimento nacional. A posse da região de Lisboa afecta de maneira importante a relações de forças, dadas as suas características*" de proeminência no conjunto geopolítico de Portugal[3]. Já o Porto, "*área adjacente, representa o objectivo de segunda prioridade. A sua conquista, que arrastará o domínio da zona norte do País cujo corte afectaria bastante a área de Lisboa, propicia uma base de operações de grande significado para a actuação no resto do território*"[4].

Tendo em atenção os factores que podiam favorecer as invasões napoleónicas, principalmente a limitação de efectivos[5] e, por inerência, a necessidade imperiosa de condução de uma campanha curta no tempo e no espaço, sem demasiados contratempos impostos pelas características da natureza, em que Lisboa fosse atingível com sucesso garantido, os teatros do Alto Alentejo e da Beira Alta eram os mais evidentes.

O teatro de Operações do Alentejo é o "*mais importante, pela sua situação geográfica em relação a Lisboa, pela sua extensão e pelas características geo-físicas que apresenta*" [6]. Sendo o de maiores dimensões e o mais plano, constitui fisicamente o prolongamento natural em Portugal do Teatro da Estremadura Espanhola, assumindo-se, simultaneamente, como teatro fronteiriço e central, que permite atingir directa e rapidamente o objectivo decisivo, Lisboa-Península de Setúbal. É o que melhor se presta ao emprego de efectivos numerosos[7], porque servido por bons itinerários, e o que permite maior espaço de manobra, «convidando» ao emprego de grande volume de forças e a batalhas em campo aberto. É, claramente, um teatro que favorece as operações ofensivas.

A extensão geográfica e a natureza do terreno e das barreiras que a orografia e a hidrografia emprestam aos locais de fronteira permitem a um exército vindo do outro lado da fronteira a opção entre vários eixos de aproximação, que visam Lisboa por diferentes itinerários, alguns deles convergentes: Mourão-Évora-Montemor-o-Novo-Lisboa; Elvas-Estremoz-Lisboa; Serpa-Beja-Ferreira do Alentejo-Lisboa[8].

Enquanto eixo mais permissivo do traçado fronteiriço português e mais vantajoso para operações militares ofensivas, o alentejano esteve presente em todas as invasões mas, curiosamente, nunca foi utilizado pelos franceses como eixo de penetração principal! Os espanhóis utilizaram-no na invasão de 1801 e foi por aí que, em 1807, as tropas do general Solano entraram. Nas invasões exclusivamente francesas foi utilizado para ataques secundários em apoio do esforço de Soult pela raia nortenha (através do general Victor) e da invasão de Masséna por Almeida, na Beira Alta (pelo marechal Soult).

O teatro da Beira Alta é o segundo mais importante, raramente ignorado por um exército invasor. A este respeito, Miranda Cabral escreve que "*é um teatro central, em relação ao País. Corta-o de leste a oeste e divide-o em duas partes desiguais: ao norte fica apenas o teatro ao norte do Douro; ao sul fica o resto do País, com Lisboa. Logo, o teatro, caindo em poder do invasor, separa o Porto de Lisboa, isto é, dá-lhe uma situação central que pode permitir uma manobra por linhas interiores, se ele trouxer efectivos suficientes para a sua realização*" [9]. Sendo um teatro fronteiriço, que penetra em território português através da abordagem às localidades de Almeida, Trancoso e Celorico, tem em Lisboa o objectivo primário da progressão, surgindo Coimbra e a Estremadura como áreas intermédias.

A sua relevância entronca também no posicionamento face ao outro lado da fronteira, para quem o teatro "*é também fronteiriço e central, [sendo] as suas relações estratégicas exclusivamente com a zona de operações da margem esquerda do Douro, por intermédio da região de Salamanca*" [10]. Além disso, como é um teatro de passagem, se os exércitos invasores lograrem ultrapassar a resistência dos pontos de fronteira definidos, a manobra surge facilitada e os avanços são rápidos[11].

O teatro da Beira Alta foi utilizado, em 1809, pelo General Lapisse em apoio do ataque principal efectuado por Soult através do Minho-Trás-os-Montes, em 1810, por Masséna e em 1812, por Marmot, enquanto teatro principal das operações.

A fronteira da Beira Baixa, apesar de ser o mais central de todos os teatros portugueses, tinha o inconveniente de não cortar transversalmente o País, como acontece com o da Beira Alta; a materialização deste teatro carece da sua ligação conjugada com o da Beira Alta, Estremadura ou Alto Alentejo[12]. Esta constatação implica que para o inimigo o utilizar, quer como teatro principal, como região de passagem em direcção a Lisboa, ou enquanto teatro secundário, em estreita ligação no apoio a forças que penetrem no teatro mais a norte ou a sul, tem de possuir inevitavelmente um elevado volume de forças que, concentrado numa estreita faixa fronteiriça, garantisse o apoio mútuo. Portanto, tendo como locais intermédios as localidades de Abrantes e de Tomar, este teatro apresenta-se como secundário ou como teatro de «diversão».

Contudo, como sabemos, Junot utilizou este teatro aquando da invasão de 1807, conjugado com o do Minho e o do Alentejo, utilizados por tropas hispânicas. Sobre o Eixo de Penetração do Norte de Portugal falaremos no subcapítulo seguinte, de forma a centrarmos a nosso estudo.

Fig. 2 – Eixos das invasões francesas
(Fonte: José Mattoso (dir), História de Portugal, Círculo de Leitores, vol. 5)

Tecidas estas explicações relativamente à zona de operações terrestre de Portugal, que razões objectivas explicam que Junot tenha utilizado o eixo de penetração da Beira Baixa, em 1807, Soult o do Minho, primeiro, e o da várzea de Chaves, depois, em 1809, Masséna o da Beira Alta, em 1810, tal como Marmont, em 1812? Estamos perante experiências consecutivas atendendo aos sucessivos desaires das invasões napoleónicas?

Quanto a nós, as razões assentam nos seguintes pressupostos:
Junot utilizou o eixo da Beira Baixa (Segura) por questões de tempo e de (não) resistência. Lembremos que o «Exército de Observação da Gironda» estava concentrado em Bayona, que a corte portuguesa se preparava para retirar para o Brasil, que o Príncipe D. João dera instruções ao tecido nacional para não resistir aos franceses e Napoleão ordenara que o exército de Junot marchasse rapidamente em direcção a Lisboa, utilizando o eixo de progressão mais curto, com a finalidade de aprisionar a Rainha D. Maria I e o Príncipe D. João, fazendo-o sem contratempos em face da imprevisível resistência portuguesa.

A invasão de **Masséna** pela raia da Beira Alta, com «l'Armée du Portugal», justifica-se pela utilização do numeroso potencial militar assente na necessidade de utilizar um eixo que apresentasse menor condicionamentos aos movimentos, de modo a facilitar a conquista decisiva de Lisboa. Como o eixo era o mais longo de todos, previa-se a sua conjugação com um ataque secundário a partir de Elvas, praça-forte que barrava o eixo, à semelhança do que acontecia com a de Almeida na Beira Alta.

Já no que concerne à efémera invasão de **Marmont** por esse eixo, em 1812, basta lembrar que os exércitos franceses estavam em movimento de retracção, combatendo contra contingentes espanhóis, portugueses e ingleses na região de Salamanca.

2.2. A Especificidade da Raia «Galaico-Portuguesa»

Fig. 3 – Rede viária romana no Norte de Portugal
(Fonte:http://imprompto.blogspot.com)

O complexo orográfico português apresenta "*um tipo de relevo bastante diversificado e uma desigual distribuição das altitudes entre a parte norte e o sul do território, separadas pelo rio Tejo. Com efeito, é na parte setentrional onde se encontram as maiores altitudes de Portugal, representando os terrenos com cotas superiores aos 400 metros quase metade do país. Nessa área, onde alguns planaltos e elevações ultrapassam frequentemente os 1000m, situam-se as elevações mais importantes do território, como a Cordilheira Central e as Montanhas do Minho e de Trás-os-Montes, seguindo duas orientações predominantes: a de NE-SW, e uma outra que lhe é perpendicular NW-SE. (…) de que se destacam as serras da Coroa, Cabreira, Gerês, Valongo e Marão*" [13]. Portanto, é uma realidade orográfica muito acidentada, que impõe restrições claras de transitabilidade, num país que assentava a sua rede viária nos traçados romanos.

Nesta região Norte, a raia assenta parte do seu traçado em cursos de água, concretamente nos rios Minho e Douro; aquele limita ao longo do seu percurso a fronteira noroeste, enquanto este constitui um limite natural particularmente entre Paradela e Barca de Alva. Consequentemente, em alguns troços, a hidrografia representa um obstáculo para as comunicações e uma defesa para as invasões, "*já que as abundantes águas de cheia dos rios correm frequentemente em gargantas escarpadas, que podem atingir centenas de metros de profundidade*" [14]. Depois, importa verificar que as bacias dos rios Minho e Douro "*estão separadas pela intercalação das bacias-vertentes dos mais importantes rios do litoral: as bacias do Cávado e do Ave intercalam-se entre as do Lima e do Douro*" [15]. É claro que a dicotomia entre simples limite ou barreira natural entre as duas margens de cada rio depende da altura do ano, da sua largura ou do relevo das margens. No Inverno, o traçado hidrográfico tende a apresentar-se no máximo caudal.

Mas o envoltório territorial a Norte não se limita a acompanhar os cursos de água, pois como especifica Orlando Ribeiro "*atravessa indiferentemente grandes vales (como o do Lima e do Tâmega) e maciços montanhosos (Gerês)*"[16].

Relativamente ao clima, o Norte está "*submetido ao tipo subtropical e marítimo*", havendo "*uma diferenciação entre Norte e Sul devida à latitude, aos jogos de massa de ar e à orografia; e outra, entre Oeste e Leste, de que é responsável o afastamento em relação ao Atlântico, e o consequente aumento de continentalidade*" [17]. Isto explica que o Norte Atlântico (Minho e região do Mondego) seja caracterizado por precipitações elevadas e temperaturas moderadas e que na Beira e Trás-os-Montes impere um Inverno marcado pelas baixas temperaturas, um frio persistente, alta precipitação e um verão seco e tórrido[18], ou seja, o costumeiro nove meses de inverno e três de inferno.

Num país predominantemente agrícola, em que as povoações rurais concentravam grande parte da população, fácil é perceber a influência que a orografia, a hidrografia e o clima tiveram na sua implantação, numa época em que Portugal teria cerca de 3 milhões de pessoas.

A Norte do Mondego, cujo relevo é marcado pelas terras altas, cadeias montanhosas, aspereza do clima, rudeza das pessoas, isolamento social e infertilidade das terras, a ruralidade é o seu traço dominante. Aí era possível visualizar uma identidade de natureza física e cultural, onde a instituição do morgadio e a actividade fundiária emprestavam um cunho de estabilidade sócio-económica, imunizando a região às ingerências da administração central e às inimizades exteriores. O povoamento era aglomerado, existindo as aldeias compactas e separadas umas das outras, principalmente nas zonas do interior, situação derivada das necessidades sentidas pelas populações em ocuparem o menos possível a exiguidade dos terrenos férteis para a agricultura. A cultura dos cereais (trigo e centeio) e a criação de gado miúdo (ovino, caprino e suíno) constituíam as principais actividades da vida rural[19].

Trás-os-Montes era uma zona de baixa densidade populacional, tal como a Beira; o Porto, segunda mais importante cidade do País, distinguia-se como importante centro comercial, enquanto Braga era o centro espiritual.

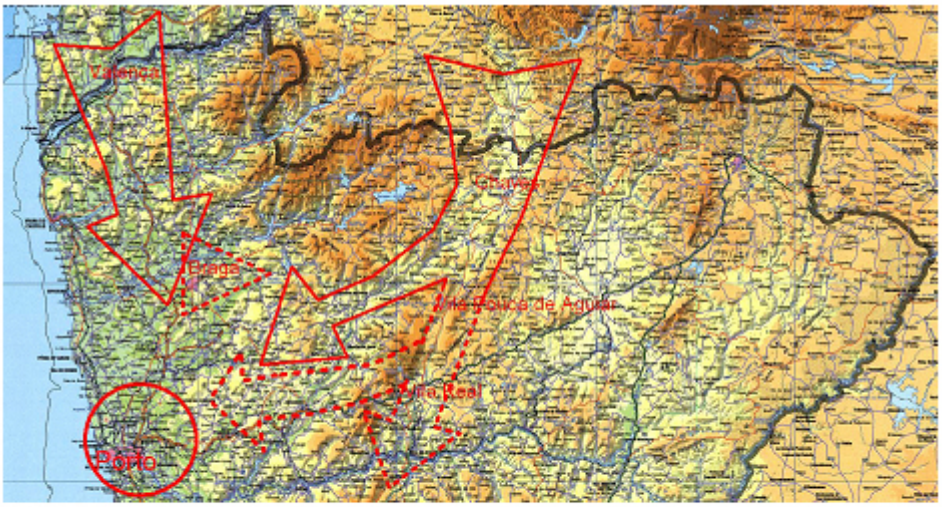

Fig. 4 - Zona de Operações «Galaico-Portuguesa»
(Fonte: PCMap/IGeoE)

Refira-se ainda que a Norte do Mondego, na faixa litoral Viana do Castelo-Coimbra, existia uma maior densidade populacional e localidades mais desenvolvidas, com a actividade piscatória e a comercial a envolverem o essencial da actividade das populações. Os «favores» de um clima temperado, a ocorrência de uma precipitação equilibrada, a existência de melhores recursos hidrográficos e a proximidade do mar permitiam, para além da pesca, uma agricultura mais intensiva, "*assente na policultura e na criação de gado grosso*", situação exponenciada com a difusão da cultura do milho, fundamental para a alimentação de um número mais alargado de pessoas; consequentemente, ao contrário das aldeias compactas do interior, sobressaía "*a dispersão das casas rurais em pequenos casais e aldeias*" 20.

Numa invasão, o Minho apresentava-se como um teatro de operações previsível, conjugado ou não com a penetrante flaviense. As linhas de invasão, independentemente das modalidades adoptadas, dirigem-se invariavelmente para o Porto, com passagem quase obrigatória por Valença-Monção-Braga[21]. Portanto, este teatro seria sempre utilizado com o duplo objectivo de dividir as forças do defensor e conquistar a cidade do Porto, desligando a região Entre Douro-e-Minho do resto do País.

Relativamente a Trás-os-Montes dificilmente pode ser mais que um teatro fronteiriço, tendo em conta o terreno acidentado e montanhoso. Atingir Lisboa a partir da raia mirandense ou, mesmo, flaviense era tarefa complicada; o próprio Porto, que se constituiria como objectivo secundário, era de difícil acesso a partir dessa região inóspita, principalmente do Nordeste da Província. Este teatro tinha ainda a desvantagem de apenas remotamente ser viável a sua interligação com o teatro da Beira Alta[22]. Só pela várzea de Chaves, o exército invasor encontraria condições de progressão aceitáveis, onde a ligação itinerária a Braga poderia facilitar a conjugação com o teatro minhoto. Mas a progressão seria sempre penosa, as manobras tácticas difíceis de operar, as vantagens do defensor, com excelentes posições, evidentes e os custos a suportar para

alcançar, quando muito o Porto, imensos.

Assim, o acesso a estes teatros seria feito através de um eixo de aproximação proveniente da Galiza, onde a defesa sintonizada entre as fortificações e o terreno criavam inevitáveis dificuldades ao atacante. Por isso, as regiões do Minho e Trás-os-Montes estavam entrincheirados por três linhas defensivas, constituídas por uma cinta de fortes: a primeira linha, junto à fronteira minhota, incluía Caminha, Valença, Monção e Melgaço, que beneficiavam do obstáculo conferido pelo rio Minho; uma segunda linha, situada mais no interior, ligava as localidades de Ponte de Lima, Valdevez e Lindoso; no flanco Este, as regiões montanhosas de Chaves e Bragança assumiam-se como a terceira linha[23]. Nesta extensa região do Norte de Portugal, a linha minhota da raia e Chaves tinham a prioridade da defesa.

Quanto à caracterização de Chaves é interessante transcrever Charles Dumourier, um militar francês da segunda metade do século XVIII, que passou (e espiou) em Portugal na altura da «Guerra Fantástica» de 1762-63: "*Chaves é a vila mais considerável da província* [de Trás-os-Montes] *e a residência do comandante dos exércitos de toda a repartição do Norte (...). É atravessada pelo rio Tâmega, com uma ponte notável, construída por Trajano. Esta localidade tem algumas fortificações. Foi de Chaves que os espanhóis fizeram partir, em 1762, um destacamento de três mil voluntários, para marcharem sobre o Porto. Alexandre Orelly (irlandês que comandava as forças hispânicas) avançou até Vila Real sem encontrar qualquer resistência, mas foi avisado que os camponeses se armavam e que as passagens eram difíceis, retirou-se muito desordenadamente, sobretudo ao atravessar Vila Pouca (de Aguiar), e perto de Chaves foi atacado pelos camponeses que receberam a glória de o ter reconduzido à fronteira com muito tormento, ainda que fossem apenas cinco ou seis centenas. Esta operação falhada é um dos principais motivos da evacuação do Exército para Zamora. Portugal estava sem tropas e na maior consternação; se tivesse avançado bruscamente sobre o Porto, esta cidade teria sido tomada sem combate. Lá teriam encontrado compensações para os custos de guerra, víveres e um bom clima; o exército não teria morrido de fome e de miséria e o desenrolar dos acontecimentos teria sido outro. É perigoso para os espanhóis a pretensão de penetrarem por esta província e foi isso que eles comprovaram com muitas perdas em 1762, quando avançaram com mais de 40 000 homens por Chaves, Bragança e Miranda, sem depósitos nem provisões de qualquer espécie; perderam um quarto do seu exército com doenças, fome e miséria, sem obter um propósito ou retirar alguma utilidade da sua expedição*"[24].

Como se percebe pelo relato de Charles Dumouriez, são impressionantes as semelhanças entre a invasão hispânica de 1762 e a de Soult, em 1809, tanto nos constrangimentos do invasor e nos erros cometidos, como nos resultados alcançados. É caso para se citar Mark Twain quando refere que "*a História não se repete, mas às vezes rima*". O curioso é que este e outros relatos escritos por um oficial francês passaram despercebidos, ou foram ignorados posteriormente, pelos seus conterrâneos.

"O destino tem feito com que o nosso exército sofra grandes eclipses após notáveis

fulgores".
General Xavier Palmeirim, 1873.

3. "E se eles Voltam!"

Em finais de 1808, anulada a Invasão de Junot, o País encontrava-se desarmado e com receio que os franceses voltassem. De facto, depois do tropel de acontecimentos ocorridos em território português entre Novembro de 1807 e Agosto de 1808, o País encontrava-se exangue.

E o caso não foi para menos. 1808 consubstanciou a violência de um grito de revolta popular contra a usurpação de bens, a expropriação territorial, as ofensas morais e as agressões físicas efectuadas por um invasor que não levou em linha de conta o «código genético» português. À resistência nacional, seguiu-se a repressão pelas forças de ocupação de Junot, que originou uma escalada de violência de parte a parte. Enquanto a repressão francesa devastava os povoados e chacinava os residentes, estes destilavam ódio e tingiam de sangue as colunas francesas. O País foi varrido de Norte a Sul por uma onda de violência sem paralelo, assistindo a uma guerra assimétrica, onde paus, pedras e armas domésticas defrontaram fuzis de infantaria, sabres de cavalaria e peças de artilharia. Tratou-se de uma luta desigual, é certo, mas a guerra pendeu a favor da subversão portuguesa, porque o objectivo era vital, estando em causa a sobrevivência da Nação e a integridade do Estado, combatia-se no espaço territorial que se conhecia e dominava e tinha-se o apoio externo de uma «espada forte e comprida», a Inglaterra[25].

Após nove meses de ocupação, Junot retirou de Portugal, manchando a glória vitoriosa das armas napoleónicas. Mas era previsível que novo acto acontecesse, pois Napoleão precisava de ocupar e subjugar Portugal (e a Espanha) para anular a Inglaterra.

Em finais de 1808, Portugal estava sem força armada, atendendo que Junot tinha licenciado o exército regular português, desmantelado as milícias e as ordenanças, desarmado a população e enviado a Legião Portuguesa (as melhores tropas nacionais) a combater na Europa por Napoleão.

No entanto, homens como Miguel Pereira de Forjaz e Bernardim Freire de Andrade procuraram levantar um novo exército. Rapidamente, o Exército de Linha cresce de 20.000 homens para 55.000, as milícias atingem os 51.000 e as ordenanças o dobro[26].

Esta foi a base do exército que o general inglês Carr Beresford organizou e ampliou, quando foi empossado comandante em chefe do Exército Português, em Março de 1809.

Contudo, a iminência da agressão de Soult centrou as atenções na revitalização das forças irregulares, mais fáceis de mobilizar e com provas dadas. Assim, e porque os exércitos não renascem das cinzas, é a partir da estrutura das milícias e das ordenanças que o Exército de Linha emerge e que se organizam as necessárias forças territoriais e de

guarnição. Portanto, até à chegada de Wellesley (22 de Abril de 1809), a defesa será essencialmente portuguesa e assente nos contingentes irregulares.

No fundo, é este o alcance do Decreto de 11 de Dezembro de 1808 que, ao instigar toda a população a pegar em armas, espelha o "*desespero defensivo de uma Nação*"[27].

Decreto do Conselho de Regência (Dezembro de 1808)

"(...) Sou servido determinar que toda a Nação Portugueza se arme pelo modo que a cada hum for possível: que todos os homens, sem excepção de pessoa, ou classe, tenhão huma espingarda, ou pique, e todas as mais armas que as suas possibilidades permitirem. Que todas as cidades, villas, e povoações se fortifiquem, para que, reunindo-se aos seus habitantes todos os moradores dos lugares, aldêas, e casaes visinhos se defendão alli vigorosamente quando o inimigo se apresente. Que todas as companhias se reunam nas suas povoações todos os domingos e dias santos para se exercitarem no uso das armas que tiverem e nas evoluções militares, compreendendo todos os homens de idade de quinze anos até sessenta anos (...)"

Este Decreto é um apelo para o levantamento em massa de uma nação em armas, assente nas tradicionais milícias e ordenanças. Houve uma plena adesão ao Decreto, cada um trataria de defender arreigadamente cada ponto do país, cada terra, desfiladeiro, passagem de rio. Os homens que constituíam as Milícias e as Ordenanças ufanavam a defesa das suas terras, viviam um quotidiano comum, trabalhavam a terra durante a semana e treinavam-se regularmente aos domingos e dias santos[28], estando especialmente vocacionados, dada a sua flexibilidade, para o corte das linhas de comunicações e de abastecimentos do invasor, efectuar emboscadas, atacar a retaguarda do inimigo, atrasar a sua progressão, dispersar os seus efectivos. Sempre sem empenhamentos decisivos, mediante uma "*rapidez e surpresa no combate; dispersão e segurança na retirada*"[29]. Os efeitos para o invasor foram devastadores. Como já o tinham sido, aliás, durante a ocupação de Junot. A diferença é que em 1808 mais que a acção da tropa de linha ou das forças irregulares de milícias e ordenanças, foi o povo, que matava para sobreviver, quem tornou a presença francesa em Portugal um martírio. Agora, a novidade na organização da resistência é que as forças irregulares deixaram de ficar ao livre arbítrio dos chefes locais e circunscritas aos locais de residência de cada um, sendo operacionalizadas em regimentos de milícias e brigadas de ordenanças e integradas no "*exército regular, num único dispositivo militar*" [30] (preconizado na reorganização de 1807).

Entretanto, em Espanha, a acção da guerrilha fugia ao controlo francês e dificultava a consolidação da dinastia napoleónica assente em José Bonaparte. De tal forma que o imperador foi obrigado a marcar presença na Península e a conduzir directamente as operações militares. Assim, Burgos foi tomada, a 10 de Novembro, e Madrid, ocupada em 4 de Dezembro de 1808. Depois, Napoleão ordenou o ataque aos contingentes ingleses que, a partir de Portugal, auxiliavam a guerrilha espanhola. A tarefa foi conferida ao

marechal Nicolas Soult, Duque da Dalmácia, que encurralou na Galiza o destacamento militar de John Moore, obrigando-o a embarcar na Corunha com pesadas baixas e deixando para trás o cadáver do comandante inglês.

Com a Galiza controlada, estava aberta «a porta» para a invasão de Portugal. Nesta altura, o contingente de Soult rondava os 47.000 homens mas, atendendo às guarnições que tinham que ficar em Santander, na Corunha e no Ferrol, aos cerca de 8.000 homens empregados nos serviços de comunicações e 12.000 doentes, ficavam livres 25.000 soldados. Muitos deles eram veteranos das campanhas de Austerlitz e Iena, mas estavam saturados dos combates de Inverno, das marchas forçadas por caminhos canhestros e da fome[31].

"No dia 25 de Março de 1809 o general Silveira, com as tropas e milícias transmontanas do seu comando, assaltou e tomou a praça de Chaves, guarnecida por tropas francesas do exército de Soult (...)".
Lápide do Forte de S. Francisco, Chaves.

4. Chaves na Rota da Invasão de Soult

A Invasão de Soult pelo Minho-Várzea de Chaves explica-se, portanto, pela presença do seu Corpo de Exército na Galiza, onde lavrava a insurreição espanhola e marcava presença o contingente militar inglês de John Moore. Assim, invadir Portugal pela raia do Norte foi o óbvio, porque o mais próximo, mediante um desdobramento das forças francesas presentes na região. Além disso, previa-se marchar ao longo do litoral mediante ligação do eixo Braga-Porto-Coimbra-Lisboa.

4.1. As Operações dos Franceses e o Malogro da Travessia do Minho[32]

A deliberação de Napoleão voltar a atacar Portugal não é fruto do acaso nem ocorre enquanto circunstância de os ingleses terem sido varridos da Galiza espanhola. Na verdade, pelas razões explicadas, derrotar a Inglaterra passava pela anulação do poder funcional do conjunto português. Inclusivamente, a oportunidade é decidida quando Napoleão ocupa Madrid e coloca o irmão José no trono de Espanha, o que equivale a dizer que a derrota de John Moore, favoreceu, isso sim, a decisão.

Depois de ocupar Madrid e subjugar Castela, Napoleão centra a sua preocupação na ameaça austríaca, que o impele a regressar a Paris[33]. Uma vez que pretende evitar uma guerra em duas frentes, precisa de anular definitivamente a ameaça peninsular. Assim, logo que toma conhecimento da derrota de John Moore dá instruções imediatas para a invasão de Portugal.

A 28 de Janeiro, o Marechal Soult recebe em Ferrol o plano de invasão do imperador, que contemplava o empenhamento de três Corpos de Exército constituídos por cerca de 54.000 homens. A ofensiva previa um ataque principal (II CE de Soult), uma força de

apoio (Divisão Lapisse), uma força de «diversão» (I CE de Victor) e uma força de cobertura (VI CE de Ney), distribuídos da seguinte forma:
- O Marechal Soult, com cerca de 23.000 homens, atacava segundo a direcção de Santiago de Compostela-Tuy, atravessava o rio Minho e marchava de seguida para o Porto, que devia ocupar, o mais tardar, a 5 de Fevereiro. Numa segunda fase, marchava em direcção a Lisboa, aí hasteando a bandeira tricolor francesa, nunca depois de 16 de Fevereiro;
- Quando Soult atingisse o Porto, o General Lapisse, no comando de uma Divisão posicionada em Salamanca e em ligação com o CE de Victor, mandava avançar os 8.000 homens da Brigada de cavalaria de Maupetit para Abrantes, de forma a proteger-lhe o flanco esquerdo;
- Enquanto isso, o I CE de Victor, bivacado em Mérida e compreendendo 30.000 homens, tinha a missão de ocupar Sevilha e Cadiz e, se o ataque de Soult sofresse contratempos, devia invadir o Alentejo, reunir-se às forças de Lapisse e avançar para Lisboa;
- Entretanto, o VI CE do Marechal Ney, com 16.000 soldados, finalizaria a subjugação da Galiza e garantia as comunicações com o contingente de Soult.

Entretanto, do lado português, a perspectiva de invasão obrigou a tomada de medidas defensivas na raia, apoiadas nas fortificações existentes, nos obstáculos naturais (orográficos e hidrográficos) e recorrendo à tropa de linha e às milícias e ordenanças, estas deficientemente equipadas e mal armadas. A defesa da fronteira norte fica a cargo do general Bernardim Freire de Andrade (Porto), que conta com cerca de 1.400 homens, e do Brigadeiro Francisco da Silveira (Trás-os-Montes), contando com 2.800 homens. A defesa das beiras compete aos Generais Pinto Bacelar (Guarda) e Miranda Henriques (Tomar), cada qual com uma Divisão. No Alentejo, a missão de defesa é confiada ao General Francisco de Paula Leite, dispondo das guarnições das praças de Elvas, Marvão, Estremoz e Beja.

O esforço principal de guarnição incidiu nas praças de Valença (Minho), Chaves (Trás-os-Montes), Almeida (Beira Alta), Abrantes (Estremadura) e Elvas (Alentejo), os ferrolhos de fronteira. As milícias não integradas no exército de linha ou posicionadas nas praças fronteiriças foram disseminadas pela região entre o Mondego e o Tejo, com o objectivo de «varrer» esse espaço e garantir protecção avançada a Lisboa, que foi «blindada» com uma linha entrincheirada na região da Ericeira-Mafra-Montachique-Bucelas[34].

Fig. 5 – Plano de invasão de Portugal em 1809
(Fonte: Carlos Azeredo, ob. cit.)

Aparentemente, o plano de invasão de Napoleão apresentava amplas condições de sucesso: atacava Portugal através de três eixos de penetração (Minho, Beiras e Alentejo)[35], as suas forças eram experientes, o inimigo estava desorganizado e, pensava-se, não podia contar com o apoio britânico. Como Napoleão tinha noção das dificuldades que o áspero terreno do Norte de Portugal ofereceria às movimentações militares, planeou a conquista de Lisboa através de movimentos executados ao longo da faixa litoral.

Mas a aparência ultrapassava a realidade. As forças que utilizariam os três eixos de penetração estavam demasiado afastadas para permitirem apoio mútuo em face do reduzido número de efectivos, sujeitando-se a que fossem batidas por partes; pior ainda, era necessário convergir essas forças no centro de Portugal (região de Abrantes) para direccionar o ataque em direcção a Lisboa; ignorou-se a motivação de resistência dos portugueses; nas tropas imperava a fadiga devido às ininterruptas campanhas na Península; rareava o apoio sanitário, a logística, escassa, dependia de requisições a efectuar em território inimigo, onde os residentes não eram nada atreitos a colaborar. Acresce que a Regência Portuguesa pôde reorganizar um sistema defensivo e obter apoio militar de Londres e os contratempos para os franceses sugiram ainda antes do início das operações, devido à continuada acção de resistência espanhola a leste de Orense, o que retardou Ney.

Instalado em Santiago de Compostela, Soult implementou um dispositivo escalonado: a Divisão de Mermet em Betanzos, protegendo a retaguarda, enquanto não fosse substituída por Ney; a Divisão de La Houssaye em Ribadávia e Salvatierra; a Divisão Franchesci ocupou posições até ao rio Minho, em Tuy; a Divisão Merle ocupou posições

em Pontevedra.

Cumprindo ordens, Soult aguardou o reforço de Ney, só iniciando os movimentos em 8 de Fevereiro (numa altura em que já devia estar no Porto), e atingiu Tuy no dia 10, enquanto a Divisão de Mermet aguardou a chegada de Ney. Cerca de 16.000 homens foram dispersos entre Santiago e Vigo, ocupando posições. Nesse mesmo dia, Soult desceu até La Guardia, onde efectuou reconhecimentos visuais às defesas portuguesas no Minho. Projectou, então, forçar a passagem do Minho a jusante da praça de Tuy; esperava-o a torrente do rio, a «fuzilaria» dos irregulares e a astúcia táctica de Bernardim Freire de Andrade.

Do outro lado da fronteira, o General Bernardim Freire de Andrade organizava a defesa, aproveitando as vantagens do rio Minho no percurso que separa Portugal da Espanha (65 km) que, com as margens apoiadas entre o oceano e a serra da Peneda, era uma excelente orla anterior da zona de resistência, favorecida à época pelo caudal que as chuvas dos últimos dias tinham propiciado[36]. Procurando ampliar as vantagens, Bernardim Freire mandou retirar para a margem esquerda do Minho todos os barcos que havia no rio, posicionou tropas e alguns populares ao longo das margens e instalou o seu quartel-general ao centro da linha, em Ganfei (próximo de Valença).

Fig. 6 – Tentativa de passagem do Minho por Soult
(Fonte: Themudo Barata e Severiano Teixeira, ob. cit.)

A 16 de Fevereiro, depois de juntar uma flotilha de 16 barcos retidos pelos pescadores de Guardia, Soult inicia a travessia em direcção à praia de Camarido (Caminha), sendo repelido pelo fogo português, onde se destacou o Tenente-coronel José Champalimond. Repete uma série de tentativas para a transposição do rio em Caminha, Vila Nova de Cerveira e Viana do Minho, todas frustradas. O marechal francês apercebeu-se que seria muito difícil penetrar a fronteira por essa zona, decidindo tornear o obstáculo, isto é, mudou a sua linha de operações, para atravessar o rio em Orense, onde chegou a 21 de Fevereiro. Entretanto, deixou ficar uma guarnição a prover Tuy (2.000 homens, 900 enfermos e 36 peças de artilharia), pensando na sua utilidade posterior para manter ligações de Braga e do Porto com a Galiza, onde permanecia Ney.

O trajecto Viana do Minho-Orense revelou-se um tormento, devido aos péssimos caminhos, pobreza da área e as continuadas acções de flagelação que lhe moveram as populações minhotas, infantes do Regimento de Infantaria 12 que, comandados pelo Tenente João de Almeida de Sousa e Sá, se tinham infiltrado na Galiza, e as tropas do Marquês de la Romana[37], que operava com cerca de 8.000 homens perto de Orense. As dificuldades foram de tal ordem que Soult foi obrigado a permanecer nove dias em Orense, para se desfazer dos feridos, descansar as tropas e reuniu artilharia e meios logísticos (gado e solípedes para os carros das bagagens). Neste período, a Cavalaria de Franceschi efectuou reconhecimentos à estrada de Monterey para Portugal.

Como se constata, mediante uma série de movimentos paralelos à linha de fronteira, a invasão não só não avançava como perdia recursos humanos e materiais. O plano inicial de invasão concebido por Napoleão ruía com estrondo e Soult teve que engendrar uma manobra de contingência que, necessariamente, teria Chaves como ponto de passagem, tendo à sua disposição 20.000 soldados.[38]

4.2. A Reconquista de Chaves e as Operações de Francisco da Silveira[39]

Em finais de Fevereiro, Soult que, de acordo com as previsões de Napoleão, já devia ocupar Lisboa, recuperava forças e organizava o contingente em Orense. Estava no ponto de partida e com várias alternativas de ataque pela raia seca, uma linha montanhosa que se estendia desde Melgaço a Chaves.

Entre o vale do Lima[40] e o vale do Tâmega, o comandante francês optou por este último, mais longo, mas mais acessível. O vale do Tâmega apresenta a direcção Monterrey-Verin-Chaves, um amplo e plano espaço para manobras militares. Em Chaves, o itinerário ramifica-se para Vila Real-Amarante-Porto ou para Braga, através das serras das Alturas e Cabreira, que limitam a bacia do Tâmega. Outra vantagem em atacar por Chaves, que Soult não ignorava, era a de que as fortalezas se encontravam em deplorável estado defensivo: castelo e fortes de S. Neutel e de S. Francisco.

Mas na cabeça do marechal existia outra preocupação que o levou optar pela várzea flaviense: o marquês de La Romana. Este, no comando de 8.000 homens, mantinha profícua actividade militar na região, estando nessa altura nas imediações de Monterrey. Soult sabia que antes de penetrar a fronteira portuguesa tinha que anular a ameaça do comandante hispânico.

Como vimos, a defesa de Trás-os-Montes estava entregue ao Brigadeiro Francisco da Silveira, que tinha à sua disposição os Regimentos de Infantaria 12, de Chaves, e 24, de Bragança (conhecidos como doze e dobra), os Regimentos de Cavalaria 6 e 9, de Chaves e Bragança, respectivamente, e o Batalhão de Caçadores de Montalegre, num total de 28.000 homens de linha e cerca de 60 cavalos. Contava ainda com os Regimentos de Milícias de Vila Real, Bragança, Lamego, Moncorvo e Miranda do Douro, que perfaziam três a quatro mil combatentes, menos de metade armados com armas de fogo, e algumas

peças de artilharia. Francisco da Silveira tinha o seu posto de comando instalado em Chaves.

Ao tomar conhecimento que La Romana, perseguido por Soult se refugiara em Monterey, Silveira estabeleceu contacto com o oficial espanhol, no sentido de actuarem de forma conjunta para barrarem o acesso aos franceses na fronteira.

Fig. 7 – Carta das Operações
(Fonte: Imprensa Nacional)

Assim, a 3 de Março, o Brigadeiro Silveira estabeleceu-se com o grosso das suas forças em Vilarelho, na margem direita do Tâmega, enviando uma vanguarda comandada pelo Tenente-coronel Francisco Magalhães Pizarro, comandante do Regimento de Infantaria 12.

No dia seguinte, La Romana instalou as suas tropas ao longo da margem esquerda do rio, desde Tamaguelos até Lama D'Arcos, ocupando também a fortaleza de Monterrey, que dominava a área, e Silveira pede apoio a Bernardim Freire, que mantinha a raia minhota sob vigilância, enquanto fazia de Braga o centro das operações na região. Nesse sentido, segue para Montalegre um batalhão de infantaria, enquanto o Barão de Eben, com um Batalhão da Leal Legião Lusitana, se internou na Galiza para manobras de flagelação e diversão.

O plano defensivo de Silveira era adequado às circunstâncias: Pizarro, em Vilaça, e La Romana, em Monterey, vigiavam mutuamente a aproximação francesa em lados opostos

do Tâmega; em Montalegre, o Batalhão de Infantaria evitava um eventual envolvimento francês; as forças portuguesas e espanholas, posicionadas ao longo das duas margens do rio, acompanhavam a marcha inimiga, dando-lhe combate; o Barão de Eben intentava dispersar forças de Soult mediante acções «de guerrilha» pela Galiza. Através do apoio mútuo das forças envolvidas, o objectivo consistia em desgastar o mais possível o invasor, «travando-lhe o passo». Até porque Silveira tinha consciência das dificuldades que ia encontrar, atendendo à reduzida artilharia disponível, que inviabilizava o fogo a longas distância ou a guarnição de pontos dominantes, e à não existência de cavalos suficientes para efectuar acções de reconhecimento ou *raids* sobre a tropa adversária.

Mas as «coisas» não correram como desejado. O marechal francês organizou a ofensiva em conformidade com a técnica napoleónica do *Bataillon Carré* [41]: a 2ª Divisão de Infantaria (Mernet) e a 3ª Divisão (Delabord) constituíam o centro do dispositivo, marchando pela margem direita e esquerda do Tâmega, respectivamente; a 4ª Divisão de Infantaria (Heudelet) e uma Divisão de Cavalaria (Franceschi) formavam a vanguarda; as guardas de flanco era da responsabilidade de uma Divisão de Cavalaria (La Hussaye) e de uma Brigada de Cavalaria da Divisão Franceschi (Lorges), flancos esquerdo e direito, respectivamente; a guarda de retaguarda era incumbência da 1ª Divisão de Infantaria (Merle).

Com este dispositivo, Soult procurou fixar, desde logo, as forças de La Romana; impunha-se destruir os irregulares do Marquês para não ficar sujeito a ameaças pela retaguarda antes de avançar para Chaves. Nesse sentido, a vanguarda do seu dispositivo dirigiu-se para Guinzo, Vila de Rey e Monterey, seguida pelas restantes forças na direcção de Alariz; a cavalaria de Lorges foi para Gironda, para vigiar o flanco direito.

Os movimentos iniciaram-se a 4 de Março e, no dia seguinte, Soult instalou-se em Vila de Rey. Seguiu-se Monterey, para onde avançou a cavalaria de La Hussaye, na esperança de detectar La Romana. Este, entretanto, tinha abandonado a posição e os franceses ocuparam-na, sustentando o flanco esquerdo. Entretanto, no dia 6, logo pela manhã, a vanguarda de Franceschi, depois de transpor a serra do Larouco e passado por Verin, entrou em contacto com La Romana. De imediato, avançou um Regimento da Divisão Heudelet e travou-se combate. Batido de frente pela infantaria de Heudelet e de flanco pela cavalaria de Franceschi, as forças espanholas são obrigadas a desempenhar-se para não serem aniquiladas. La Romana, sofrendo 1.600 baixas, retirou para Vila Franca e internou-se na província de Leão[42].

Eliminado o flanco direito do sistema defensivo montado por Silveira, os franceses orientam, a 7 de Março, o esforço para o flanco esquerdo, guarnecido por Pizarro. Sem apoio próximo, o oficial português é acometido, mediante uma manobra de cerco, pela Brigada de Cavalaria de Caulincourt e o Regimento de Infantaria de Foy (Divisão Delaborde), unidades da vanguarda. Segue-se um violento recontro na área de Outeiro de Vilaça, que durou toda a tarde. Ao cair da noite, Pizarro, impotente, retira para Vilarelho da Raia e Portela do Avado, mantendo o invasor sob vigilância.

No dia seguinte, Silveira efectuou reconhecimentos avançados para se inteirar da situação. Pizarro permanecia em Vilarelho da Raia, La Romana tinha retirado definitivamente e o grosso do efectivo estava posicionado em Outeiro Seco. Do lado francês, em Verin, estava instalado o posto de comando de Soult, o convento de Monterey funcionava como hospital de campanha, a cavalaria organizava-se em Tamaguelos e parte da infantaria instalou-se em Oimbra.

A leitura táctica dos acontecimentos era óbvia para Francisco da Silveira: anulada a vanguarda luso-espanhola, os franceses atacariam sem restrições as forças portuguesas ao longo das margens do Tâmega, o que equivalia a dizer que tinham via aberta para a veiga de Chaves. Enfrentar em campo aberto um contingente militar numericamente superior, melhor armado e equipado e com uma cavalaria adequada a manobrar no terreno circundante, equivalia a oferecer--se à aniquilação. Portanto, o General português retirou para Chaves, permanecendo o Tenente-coronel Magalhães Pizarro mais um dia em Vilarelho da Raia, como força de cobertura.

Ao retirar para Chaves, talvez Silveira pensasse «entrincheirar-se» na vila, barrando assim o itinerário francês na sua invasão em direcção ao Porto. Mas, se o chegou a pensar, rapidamente a ideia foi abandonada. As fortalezas não ofereciam condições para uma defesa sustentada, as peças de artilharia de sítio eram insuficientes e militares capazes de as guarnecerem também não abundavam. Ao invés, sobrava o ânimo exaltado das massas populares que, à medida que tomavam conhecimento do desenrolar dos acontecimentos, afluíam a Chaves bramando «morte aos jacobinos». Mas, do mesmo modo que afrontar Soult na várzea constituía um erro táctico, combatê-lo a partir das muralhas da vila representava um suicídio. Conhecedor do comportamento francês perante a resistência portuguesa, Silveira percebeu que o melhor era os residentes manterem uma atitude passiva e os militares abandonarem a vila, para evitar chacinas. E foi esse o conselho que passou aos seus conterrâneos, na pessoa do governador, Coronel João de Sousa Silveira Magalhães. Enquanto este compreendeu a gravidade da situação, os populares apuparam o brigadeiro de traidor[43].

Silveira retirou, de imediato, com o governador e os efectivos que estavam sob o seu comando[44], bivacando-se no alto de Santa Bárbara[45]. Em Vilarelho da Raia permanecia Pizarro, em observação dos movimentos inimigos, e foram instalados postos intermédios em Outeiro de Jusão e S. Pedro de Agostem.

Na manhã do dia 9, os ânimos em Chaves agudizam-se. O Capitão José Maria assume a galvanização dos flavienses, bramando que a praça era defensável. Tanto bastou para que se procedesse a distribuição de armas pelo povo e se «desenterrassem» velhas peças de artilharia que foram posicionadas pelas fortalezas. Eis, então, que o Tenente-coronel Pizarro chega a Chaves, incapaz de aguentar a posição em Vilarelho, devido ao avanço francês. É aclamado pelos presentes, que o motivam à resistência e lhe oferecem o comando da «operações». Pizarro anui, o que equivale a dizer que permanecerá na praça ao arrepio das intenções de Silveira.

Constatando a aproximação de Soult e conhecendo as recentes deliberações tomadas em Chaves, Silveira regressa à vila no dia 10. Pretende, numa derradeira tentativa, intimar Pizarro das inconveniências da sua intenção, cujo fulgor e tropa sob o seu comando será mais útil em posteriores combates, levar para Santa Bárbara o armamento existente, sempre útil por pouco que seja, e demover a resistência popular, prevendo um banho de sangue desnecessário.

Fig. 8. Várzea de Chaves
(Fonte: http//chavesantiga.blogshop.sapo.pt

Defender Chaves, sim ou não? A decisão seria tomada por deliberação dos presentes, reunidos em «Conselho Militar»[46]. A maioria intuiu que, efectivamente, a praça não era defensável. Assim, para formalizar uma decisão decidiu-se que as opiniões de cada um fossem passadas a escrito e lavrada uma acta da reunião. Eis quando alguém irrompe avisando que os franceses estavam à vista da praça e se preparavam para a atacar. O que se seguiu foi uma autêntica confusão. Enquanto os sinos repicavam e Silveira procura convencer os presentes a retirarem com ele, o Capitão de engenheiros José Maria incentiva à luta e o Tenente-coronel Pizarro[47] assume o comando da praça.

Enquanto ocorreram estas vicissitudes em Chaves, que fizeram os franceses?

Seguindo a direcção Verin-Feces-Vilarinho, de onde escorraçaram Pizarro, montaram bivaque próximo de Bostelo. No dia 10 de Março acercam-se Chaves e intimam à sua rendição. Da praça, responde-se pelo fogo. Soult, entretanto, envia emissários a Silveira, propondo-lhe a rendição e «acenando-lhe» com o governo de Trás-os-Montes em nome de Napoleão. O brigadeiro português respondeu que a entrega da praça não lhe dizia respeito e, quanto à proposta, "*não podia ouvir tais proposições quem tinha a honra de comandar portugueses, e que nenhuma outra aceitaria senão a de ficar ele Soult prisioneiro de guerra*"[48].

Na manhã do dia 11, enquanto intima a guarnição à rendição, Soult prepara a ofensiva à praça, empenhando a Divisão de Infantaria de La Haussauye e a Divisão de Cavalaria de

Franceschi, que cercam a praça pelas duas margens do rio. Enquanto isso, Pizarro envia a Santa Bárbara o Cadete José Carneiro a pedir conselhos sobre a atitude a tomar. A resposta de Silveira é lapidar: o assunto deixou de lhe dizer respeito. Porém, informa que caso queiram abandonar a praça lhe cobre a retirada, disponibilizando-se, nesse sentido, a enviar forças para Outeiro de Jusão, o que chegou a fazer.

O Tenente-coronel Pizarro permanece em dilema; incapaz de resistir ao cerco que se organiza à sua volta, sem motivação para retirar e esperando o auxílio de Silveira que não chegará, rende-se na noite de 11 de Março. Na manhã do dia 12, os franceses entram na vila, ocupando-a em nome do imperador e aprisionando a guarnição[49].

Em posse de Chaves, Soult adoptou medidas administrativas e militares. Para Chaves foi transferido o hospital de campanha a funcionar em Monterey, aí ficando 1.400 doentes. O Governo da praça foi entregue ao Major Messeger, que contava com uma reduzida guarnição militar de 100 soldados. Entretanto, para vincar a sua posição de proeminência, em ordem do dia proclamada ao seu exército, Soult assume o título de Governador-geral de Portugal.

Fig. 9 – Tentativa de envolvimento de Silveira
(Fonte: Carlos de Azeredo, ob. cit.)

Com Chaves controlada, para Soult o passo seguinte seria tomar o caminho em direcção ao Porto. Mas antes, tal como acontecera quando atingiu Orense, impunha-se anular resistências na área de operações, leia-se Francisco da Silveira. Assim, logo no dia 12 de Março, os franceses procuram envolver a posição de Silveira no alto de Santa Bárbara (S. Pedro de Agostem): a Divisão de Infantaria de Delaborde pela margem direita do Tâmega até Polderado e Redeal; a Divisão de Cavalaria de La Houssaye pela margem esquerda em direcção a Nantes-Portela de Lagarelhos.

Silveira estava perante um ataque em tenaz, a que se furtou atempadamente, retirando durante a noite para as alturas de Oura e Reigaz. Na manhã do dia seguinte, ocupou nova posição próximo de Vila Pouca, que lhe permitiu seguir o movimento francês pela estrada

de Vila Real.

Estava-se perante um «jogo do gato e do rato». Um jogo que Soult não estava em condições de prosseguir, por falta de tempo. Assim ignorou Francisco da Silveira, cingindo-se a sua preocupação a iludi-lo relativamente ao itinerário que utilizaria. Desta forma, cometeu um erro operacional grave, que lhe trará consequências[50], tanto mais que não conseguiu iludir Silveira quanto à sua direcção de marcha.

A 14 de Março, tendo Chaves como base de operações, Soult ponderou o melhor percurso a seguir para atingir o Porto. Tem dois itinerários alternativos: Chaves-Vila Pouca de Aguiar-Vila Real-Amarante-Porto; Chaves-Venda Nova-Ruivães-Braga-Porto. Escolheu o segundo, por ser mais curto, o melhor para a artilharia transitar, por antever que em Braga havia os recursos necessários para a tropa, que Vila Real não garantia[51], a possibilidade de derrotar no Minho Bernardim Freire e por ser o eixo que melhor garantia a possibilidade de ligação, via Tuy, com as forças de Ney, que operavam na Galiza.

Na esperança de enganar Silveira, que manobrava nas imediações de Vila Pouca de Aguiar, Soult enviou os dragões do General Larges pela estrada de Vila Real, lançando a partir de Oura, no dia 17, um reconhecimento a Vila Pouca. Larges retirou pouco depois e retomou a coluna francesa.

Contudo, Silveira, prevendo um ataque às suas posições, que não aconteceu, enviou um destacamento a avaliar a situação, ficando claras as intenções de Soult. Não lhe dá tréguas, de tal forma que, em Salamonde, depois de atravessar o Tâmega em Mondim de Basto, secundou os ataques dos populares da região, acometendo o flanco da coluna francesa no desfiladeiro de Venda Nova. Foi repelido pela cavalaria de Jordan e inverteu a marcha.

Soult seguiu para Braga em direcção às tropas de Bernardim Freire de Andrade e Silveira retrocedeu para a região de Chaves.

Reconquistar a praça surge como possibilidade de manter sob pressão o Marechal do império. Na verdade, o normativo operacional do comandante transmontano mantém-se: combater e flagelar o inimigo sem empenhamentos decisivos, técnica do «bate e foge».

A 18 de Março, Francisco da Silveira inicia reconhecimentos de modo a avalizar a real dimensão da presença francesa na região flaviense. Um contingente de 800 homens acerca-se da área de Soutelinho, a 17 km da vila, sem contactar com forças francesas. Chaves continua entregue a Messager e a uma reduzida guarnição sobretudo preocupada com a guarida das centenas de doentes e os humores da população. Assim, a 19 de Março, Silveira regressa à posição de Santa Bárbara, seu centro de operações, onde acampa. Nessa altura, avista uma patrulha francesa montada de 20 homens. A sua presença é notada e, na vila, a inquietação cresce. De tal forma que, na manhã do dia 21, uma patrulha com dezenas de homens sai de Chaves e aproxima-se da posição de Santa

Bárbara. Messager precisa de perceber qual o potencial de combate de Silveira e quais as suas intenções.

Não tardará sabê-lo. Aliás, são as patrulhas que Messager envia em missão de reconhecimento que decidem Silveira a atacar Chaves, certo que a sua defesa se cingia a uma pequena guarnição. A operação reconquista de Chaves tem início a 21 de Março, na altura em que Soult, finalmente, ocupa Braga (no dia anterior) e a população da cidade dos arcebispos «lhe fez o favor» de matar o General Bernardim Freire de Andrade[52].

«Os dados estavam lançados». Nesse mesmo dia, Silveira organiza as suas forças (tropa de linha dos Regimentos de Infantaria 12 e 24 e Regimentos de Cavalaria 6 e 9, e os efectivos irregulares) e arranca, sem oposição, em direcção a Chaves. Conhece bem a praça e, portanto, dispõe os efectivos de forma a atacar pelos pontos mais vulneráveis: desde Cavaleiro da Amoreira até à brecha dos Açougues. Inicia-se o assalto que conta com a resistência obstinada da guarnição francesa. No limite, ocorrem combates corpo-a-corpo, com os quais os defensores são rechaçados.

Fig. 10 – Planta da praça de Chaves
(Fonte: http//chavesantiga.blogs.sapo.pt)

À semelhança dos antigos cercos medievais, incapazes de sustentarem a defesa da praça através das muralhas, os franceses retiram para a alcáçova o que, no caso concreto, significa o forte de S. Francisco. Para trás ficam 300 mortos e 200 prisioneiros. A confusão é tremenda e Messager espera resistir no forte o tempo suficiente até uma eventual chegada de reforços. Contudo, existem quatro problemas: na fortaleza pouco mais existia que uma quantidade considerável de enfermos, alguns renegados portugueses e prisioneiros espanhóis de La Romana, o que equivale a dizer que a tropa para pegar em armas eram insuficiente; Messager estava a meia distância de uma

possível ajuda de Ney (Galiza) e de Soult (a caminho do Porto), ignorantes do que se passava em Chaves nessa altura, por um lado, e excessivamente empenhados para se preocuparem com este, por outro; nas redondezas inexistiam tropas imperiais, apesar de Chaves ser o elo de ligação entre Tuy e Braga; o forte de S. Francisco não tinha as condições defensivas de uma alcáçova dos castelos medievais, tanto mais que tinha parte da muralha arruinada.

Fig. 11: Forte de S. Francisco em Ruínas e Capela da Lapa
(Fonte: http//chavesantiga.blogs.sapo.pt)

Nestas circunstâncias, Francisco da Silveira pôde preparar com a calma possível um cerco adequado para fazer capitular o forte, onde a sua principal desvantagem consistia nas peças de artilharia. Foi proposta aos sitiados uma *preitezia* (rendição), que não foi aceite e, assim, entre os dias 21 e 24 de Março, trocou-se fogo entre os dois lados da barricada. Se, para entrar na praça, o último rácio foi o combate à baioneta, para ocupar o forte impunha-se a escalada. Havia a alternativa de esmagar pelo «estômago» o reduto defensivo, mas isso implicava uma espera que podia ser longa e tempo era algo que Francisco da Silveira não se podia dar ao luxo. Chaves não era o epílogo, mas um ponto intermédio da campanha contra a invasão francesa.

Na manhã de 25 de Março, o comandante português decidiu-se pela escalada, uma operação difícil, perigosa e de resultados imprevisíveis. Uma escalada pensada para ser executada a partir de três pontos: Infantaria 12 fá-la-ia a partir do picadeiro do Regimento de Cavalaria 6; Infantaria 24 subiria pelas portas do forte; as milícias actuariam pela Senhora da Lapa. Ao longo do perímetro, as restantes forças, sobretudo Cavalaria 6 e 9, vigiavam as imediações e obrigavam pelo fogo o inimigo a manter «cabeça baixa». Implantado o dispositivo, Silveira lançou um ultimato a Messeger, a rendição ou o assalto. Este pediu uma hora de tréguas, para tomar uma deliberação. O tempo esgotou-se e Silveira, sem resposta, informa que dentro de cinco minutos inicia a operação. A porta abre-se e sai um oficial francês que entrega a Silveira uma petição com as condições de rendição: a permissão de os franceses saírem do forte em liberdade e, com armas e bagagens, abandonarem Chaves para se irem reunir a Soult.

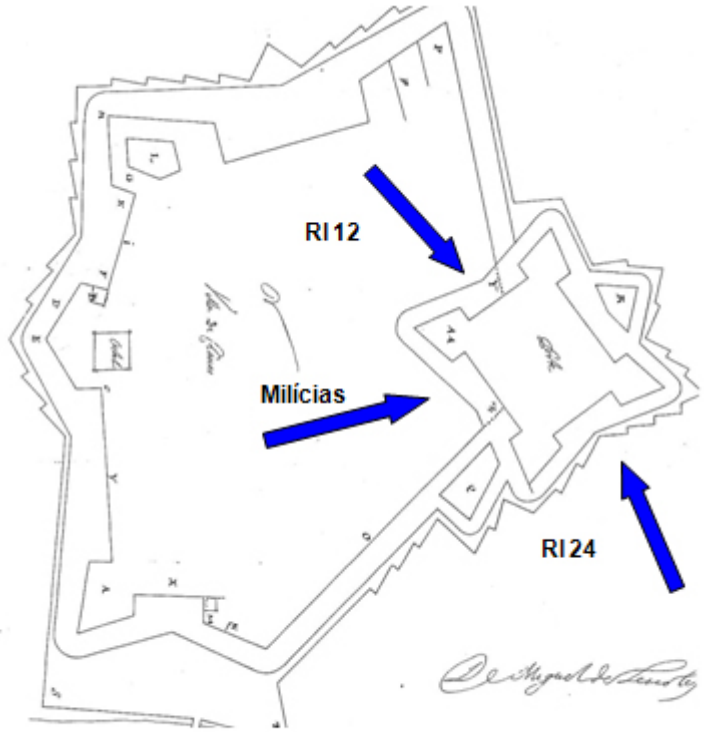

Fig. 12 – Forte de São Francisco (esquema de assalto)
(Fonte: Arquivo Histórico-Militar)

Silveira replica que a rendição é sem condições.

Sem alternativas, Messager rende-se e, com ele, cerca de 1.300 soldados, 25 oficiais e entre 40 a 50 civis. Com esta a rendição, caíram «nas mãos» de Silveira 12 canhões, 1.200 espingardas, 50 cavalos e 30 solípedes de carga. Como a prática cavalheiresca da guerra ainda tinha à época quem a executasse, Silveira tratou com dignidade os vencidos e, num gesto magnânimo simbolicamente importante, permitiu que Messeger conservasse a sua espada. Seguiu-se o formalismo dos termos da capitulação, assinada pelo Quartel-Mestre Diogo José Martins em nome do Brigadeiro Francisco da Silveira, que referia:

«*Capitulação feita entre o ill.mo e ex.mo sr. Francisco da Silveira Pinto da Fonseca, governador das armas da província de Traz os Montes, e comandante da tropa da mesma, com o Sr. Chefe do batalhão Messeger, comandante da tropa francesa da guarnição da cidadella do forte de S. Francisco da praça de Chaves.*
Artigo I — O forte de S. Francisco de Chaves será entregue já às tropas portuguesas, que estão debaixo do comando do dito Sr. General Silveira.
Artigo II — A guarnição deporá as armas, e ficará prisioneira de guerra, ficando guardada em uma villa, ou praça que lhe assignar o dito Sr. General Silveira.
Artigo III — Aos oficiais, oficiais inferiores, soldados e empregados de administração civil lhes é concedida a sua bagagem pessoal, bem entendido que é só o seu fato militar.
Artigo IV — Os cavalos dos oficiais, e da tropa, todas as munições e efeitos de qualquer natureza que sejam, à excepção dos expressados no artigo III, serão entregues aos

comissários portugueses, que forem nomeados para os receberem.
Artigo V — O Sr. General Silveira promete aos Srs. oficiais, e empregados civis cavalgaduras para irem a cavalo até o seu destino.
Artigo VI — O Sr. General Silveira, querendo dar à guarnição uma prova de estimação, que lhe tem inspirado a braveza, que mostrou nos seis dias que durou o bloqueio do forte de S. Francisco, consente que os Srs. oficiais só entreguem as suas espadas à saída de Chaves; e em atenção ao bem que se comportou o Sr. comandante consente que este conserve a sua.
Artigo VII — O Sr. General Silveira garante a guarnição francesa de qualquer insulto, ou ultraje, e a mandará municiar; e o Sr. comandante francês se obriga a responder pelo comportamento dos seus soldados.
Artigo VIII — O Sr. General Silveira mandará assistir aos doentes franceses, que se acharem nos hospitais, e que não possam marchar.
Artigo IX — Será dada uma ordenança portuguesa ao Sr. chefe de batalhão Messeger para por ela dar parte ao seu general em chefe do rendimento da cidadella de Chaves, e esta parte será dada aberta.
Feita em Chaves, duas iguais, aos 25 de Março de 1809 — Está conforme: Quartel-general de Chaves, 26 de Março de 1809. Diogo José Martins, quartel mestre como secretário»[53].

É também digna de realce a reacção do General Beresford que, em Ordem do Dia 2 de Abril, depois de referir sucintamente as ocorrências da perda e reconquista de Chaves, enfatiza:
«*a firmeza do dito Brigadeiro conseguiu salvar o resto do seu Exército, e pollo em circunstâncias de adquirir maior glória, e merecer os agradecimentos da sua Pátria. Hé com o maior prazer, que o Marechal dá hum testemunho público da sua grande approvação da conducta do Brigadeiro, a qual elle há-de levar com igual satisfação à Presença de S.A.R., o Príncipe Regente N.S.».*

Depois, e ainda a 25 de Março, os prisioneiros foram conduzidos a Vila Real, de onde seguiriam, posteriormente, para Lisboa.
No momento em que Chaves capitulava, Soult iniciava as operações de transposição dos rios Ave e Vizela, linha defensiva avançada do Porto, que seria ocupado quatro dias depois. Porém, o destino do Duque da Dalmácia estava traçado. Chegou ao Porto com cerca de mês e meio de atraso, com potencial reduzido e o moral dos soldados lapidado. E, o Porto, foi o fim da linha.

5. Conclusões

Na Invasão de Soult, o Norte de Portugal e, especificamente, o Minho e Chaves são o palco, constituindo o resto do país os bastidores. Entre o Minho, mal reconhecido, e Chaves, perda da linha de comunicações, a invasão de Soult com destino intermédio ao Porto começou sob o signo de contratempos irreparáveis.

De facto, complementando as enxurradas do rio Minho, "*paisanos que metiam guarda e vigiavão sobre a planície*"[54], as milícias, ordenanças e alguns regulares de Bernardim Freire de Andrade obrigaram Soult a retroceder para Orense e a orientar a invasão para a várzea flaviense.

A reconquista de Chaves significou que o dinâmico Silveira cortou ao Marechal as comunicações e o veio logístico imprescindíveis com a Galiza e, pior, doravante, com ampla liberdade operacional, Silveira, que rapidamente se dirigiu para o vale do Ave, passou a actuar na retaguarda de Soult, ao longo da margem direita do Douro.

Entretanto, Beresfrod assumiu o comando em chefe do Exército Português e instalou o seu quartel-general em Tomar[55], ao mesmo tempo que guarnecia as principais penetrantes do território português e «blindava» Lisboa; fez convergir os efectivos disponíveis para a margem esquerda do Douro; apertou o cerco a Soult, que tinha na Beira, onde permanecia Lapisse, o único elo de ligação com a Espanha; decidiu esperar pelo ataque de Victor, que nunca se materializou, a partir do Alentejo, para depois tentar a junção de forças junto a Lisboa.

Então, ocorre o combate da Ponte de Amarante, um ponto sensível que Silveira procurou obstruir e Soult teve que repelir. Depois, em Abril, o Exército Luso-Britânico, comandado pelo General irlandês Arthur Wellesley, prepara uma contra-ofensiva a partir de Lisboa, que se concretiza com o assalto ao Porto, em 12 de Maio. O ponto de apoio tinha sido Gaia, consubstanciado pela artilharia da Serra do Pilar. Cinco dias depois, através de marchas forçadas, perseguidos e flagelados, Soult e «companhia» abandonam Portugal via Orense, onde restabelecem a ligação com o VI CE de Ney[56]. A invasão malograra. Mas as tropas napoleónicas voltariam mais uma vez, no ano seguinte.

Definitivamente, o Norte de Portugal não era a região ideal para os franceses se instalarem: os itinerários, autênticos caminhos de cabras, eram péssimos, agravados pelos deficientes meios de orientação cartográficos; a orografia era abrupta e a hidrografia difícil de vadear; os meios de subsistência alimentar escassos; as gentes eram arruaceiras e nada colaborantes quando coagidas; a conduta da tropa de linhas e das forças irregulares era arreigada.

Um último apontamento, em jeito de «nota de louvor», dirigido ao Tenente-general Francisco da Silveira, para nós a grande figura militar portuguesa da Guerra Peninsular, atendendo à impressionante folha de serviço apresentada entre 1807 e 1813.

Durante a ocupação de Junot (1808), ainda como Tenente-coronel, levantou em armas o Alto Douro, blindou o Marão à presença francesa e derrotou, com um punhado de tropas regulares, milícias e ordenanças, o temido General Loison (o maneta) em Padrões de Teixeira (Régua), obrigando-o a retroceder para Almeida quando intentava a subjugação da insurreição nortenha. Na invasão de Soult (1809), com o posto de Brigadeiro, reconquistou Chaves, fruto da sua «teimosia» estratégica e inteligência táctica, cortou as comunicações do invasor do Minho com a Galiza, manteve-o sob constante pressão e,

utilizando a guerra irregular, combateu-o na ponte de Amarante e barrou-lhe a passagem na região do Vale do Sousa. Na invasão de Masséna (1810-1811), a guerra irregular de Silveira é uma constante, combatendo os franceses em Puebla de Sanábria (Julho) e em Almeida (Agosto), atacando-os em Valverde e fustigando-lhes sistematicamente a coluna de marcha ao longo do percurso em direcção ao Mondego (Setembro). Reaparece na Beira Alta, aquando da retracção dos franceses após o malogro da Linhas de Torres, para combater sem tréguas a Divisão de reforço do General Claparede ao longo da linha do Douro (em Vila da Ponte, Régua, Barca do Pocinho). Segue-se a guerra em território espanhol, onde Francisco da Silveira se vai cobrir de glória na batalha de Vitória e nas campanhas dos Pirinéus (1813).

Regressa doente a Portugal, sob os aplausos dos seus compatriotas e o reconhecimento por Beresford (Comandante Chefe do Exército Português) das suas inegáveis capacidades de comando, carisma pessoal e espírito patriótico.

Francisco da Silveira é, por si só, um «monumento nacional», que tem Chaves e Amarante como coroas de glória. Um típico militar transmontano, porque sincero, corajoso e hospitaleiro, por um lado e, por outro, um obstinado homem de acção e um sonhador activo cheio de amor patriótico, bem merecedor da homenagem pública que a cidade que libertou há duzentos anos lhe fez.

O Tenente-general Francisco da Silveira tem, finalmente, o monumento adequado aos seus pergaminhos de militar e patriota.

---

* Texto de suporte da conferência proferida pelo autor em Chaves, a 31 de Março de 2009, no âmbito das comemorações do bicentenário da reconquista da vila aos franceses, organizadas pela Câmara Municipal e o Regimento de Infantaria Nº 19.

** Tenente-coronel de Infantaria. Mestre em Estratégia e pós-graduado em História Militar. Professor de História Militar do Instituto de Estudos Superiores Militares.

---

1 Quando o governo francês tomou conhecimento das negociações havidas entre a Inglaterra e a Espanha enviou a Portugal um emissário, Antoine Darbault, que foi preso. Esta atitude do governo português, em claro contraste com a política de neutralidade relativamente à França, redundou numa provocação equivalente a uma declaração de guerra.

2 José Hermano Saraiva, *História Concisa de Portugal*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 8ª Edição, 1998.

3 Loureiro dos Santos e al, *Elementos para a Defesa da Zona de Operações Terrestres (ZOT) de Portugal*, Lisboa, Instituto de Altos Estudos Militares, 1982.

4 Idem.

5 Napoleão utilizou a Península Ibérica como teatro de operações para negar apoio continental à Grã-Bretanha e limitar a sua liberdade de acção naval, quer no mar do

Norte e no Mediterrâneo, quer no Atlântico, enquanto fórmula de a estrangular economicamente. Visto que as principais campanhas terrestres dos franceses ocorriam no centro da Europa, onde a Áustria e a Prússia eram os adversários a abater, era nessa região que se concentrava o grosso dos efectivos do imperador, pelo que a canalização de contingentes militares para a Península, em geral, e Portugal, em particular, era feita com parcimónia.

6 Miranda Cabral, *Conferências sobre Estratégia. Estudo Geo-Estratégico dos Teatros de Operações Nacionais*, vol. II, Lisboa, Maurício e Monteiro, 1932.

7 José Lopes Alves, "A Barragem do Alqueva e a Defesa Nacional - Memórias e Reflexões Geopolíticas e Geoestratégicas sobre o Teatro de Operações do Alentejo", in Revista Militar, Nº 2409, Outubro de 2002.

8 Loureiro dos Santos e al, ob. cit.

9 Miranda Cabral, ob. cit.

10 Idem.

11 Idem.

12 Idem.

13 Jorge Carvalho Arroteia, *Portugal: Perfil Geográfico e Social*, Lisboa, Livros Horizonte, 1985.

14 Orlando Ribeiro e Hermann Lautensach, *Geografia de Portugal - A Vida Económica e Social*, Vol. IV, Lisboa, Edições João Sá da Costa, 1991.

15 Raquel Soeiro de Brito, *Portugal Perfil Geográfico*, Lisboa, Editorial Estampa, 1994.

16 Orlando Ribeiro, "Formação de Portugal", in Dicionário de História de Portugal, Direcção de Joel Serrão, vol. V, Porto, Livraria Figueirinhas, Março de 1992.

17 Raquel Soeiro de Brito, ob. cit.

18 Jorge Carvalho Arroteia, ob. cit., pp. 21-22 e Raquel Soeiro de Brito, ob. cit.

19 Jorge Carvalho Arroteia, ob. cit.

20 Idem.

21 Miranda Cabral, ob. cit.

22 Idem.

23 Carlos Selvagem, *Portugal Militar*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1990.

24 Charles Dumouriez, *O Reino de Portugal em 1766*, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2007.

25 Sobre a Invasão de Junot e a Resistência Popular ver: Abílio Pires Lousada, "A invasão de Junot e o levantamento em armas dos camponeses de Portugal. A especificidade transmontana", in Revista Militar, Novembro de 2008.

26 Pedro de Avillez, "Portugal nas Guerra Napoleónicas. Uma Visão Global. Estratégias e Organização Militar", in Guerra Peninsular. Novas Interpretações, Lisboa, Tribuna, Setembro de 2005.

27 Carlos Selvagem, ob. cit.

28 A este respeito, Ferreira Martins lembra a preocupação dos oficiais em ocupar e treinar as milícias, "*para que o trabalho as faça robustas e lhes desterre o ócio com que se fazem viciosas e prejudiciais ao sossego dos paisanos*": *História do Exército Português*, Lisboa, Editorial Inquérito, 1945.

29 Manuel Themudo Barata, "A Guerra Subversiva - Soldados Sem Uniforme", in Nova História Militar de Portugal, Direcção de Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira, vol. 3, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2004.

30 Idem.
31 Maria Ermelinda de Avelar Soares Fernandes Martins, *Coimbra e a Guerra Peninsular*, Coimbra, Tipografia da Atlântida, 1944.
32 Para analisar a invasão de Soult acompanhamos a narrativa dos seguintes autores: Carlos de Azeredo, *Invasão do Norte 1809. A Campanha do General Silveira contra o Marechal Soult*, Lisboa, Tribuna, 2004; Barros Rodrigues, *Organização Dos Exércitos, Organização Militar Portuguesa, Estratégia, Geografia e História, História Militar - Guerra Peninsular*, Lisboa, Escola do Exército, 1935-1936; Ferreira Gil, *A Infantaria Portuguesa na Guerra Peninsular*, segunda parte, 1912; Alfredo Pereira Taveira, *Defesa de Portugal*, Primeira Parte, Lisboa, Typ. da Cooperativa Militar, 1906.
33 Nesse ano de 1809, a guerra entre a França e a Áustria dominará as atenções na Europa, materializada nas batalhas de Esseling e Wagram.
34 Prelúdio das futuras Linhas de Torres.
35 Os relatórios franceses continham ainda informações sobre as vantagens e inconvenientes das possíveis áreas de penetração em Portugal, recomendando Valença, Chaves e Bragança como as melhores e reconheciam os obstáculos do rio Minho e das elevações do Nordeste transmontano como difíceis de transpor. As recomendações feitas a Soult sobre a melhor «porta de entrada» em Portugal recaíram sobre Chaves. Contudo, Soult executou várias tentativas para transpor o Minho visando iludir as tropas portuguesas sobre a verdadeira entrada escolhida: Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, vol. VII, Lisboa, Editorial Verbo, 1989.
36 A largura do rio era de 300 metros junto a Valença, aumentando à medida que se aproxima do mar, atingindo 2.000 metros em Caminha.
37 De nacionalidade dinamarquesa.
38 O descrédito quanto ao sucesso da invasão instalou-se. De tal forma que o Marechal Jourdan escreveu a Napoleão (25 de Fevereiro) a aconselhar o abandono da expedição: Carlos de Azeredo, ob. cit.
39 Os acontecimentos relativos à queda e reconquista de Chaves têm como base os seguintes autores: Abílio Pires Lousada e António Lage Almeida, "A Reconquista de Chaves", in Jornal do Exército, Março de 1997; Alexandre José Malheiro Madeira, *Chaves na Guerra Peninsular*, Porto, Propriedade da Empresa de Ilustração Transmontana, Março de 1909; Alfredo Pereira Taveira, ob. cit.; António Adriano Beça, *O General Silveira: a sua Acção Militar na Guerra Peninsular*, Edição do Autor, 1909; Barros Rodrigues, ob. cit.; Carlos de Azeredo, ob. cit.; Carlos da Costa Palmeira, *Como o Tenente-General Francisco da Silveira Preparou a Defesa de Trás-os-Montes*, Tipografia Mesquita, 1944; Cláudio de Chaby, *Excerptos Históricos, e Collecção de Documentos Relativos á Guerra Denominada da Peninsula, e ás Anteriores de 1801, e do Roussillon e Cataluña*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1865; Júlio Montalvão Machado, *Crónica da Vila Velha de Chaves*, 3ª Edição, Chaves, Dezembro de 2006.
40 O vale do Lima percorre a linha de operações por Bande e Lóbios a Lindoso e Ponte da Barca. É um itinerário de fácil defesa à entrada de Lindoso, por passar entre altas e apertadas montanhas; havia a alternativa: Ferreira Gil ob. cit.
41 O *Bataillon Carré* consistia numa Formação de expectativa, onde os corpos de exército se dispunham nos vértices de um quadrado cobertos por uma cortina de reconhecimento. Uma vez detectado o inimigo, estes CE manobravam para concentrar, deter, envolver ou tornear de modo a bater o inimigo. Assim, a flexibilidade do dispositivo permitia o

combate em todas as direcções.
42 Marechal Soult, *Memórias do Marechal Soult sobre a Guerra em Portugal e Espanha* (Introdução de António Ventura), Lisboa, Livros Horizonte, 2009.
Os relatos que consultamos relativamente a este episódio inferem que La Romana, ao retirar, quebrou o acordo defensivo firmado com Silveira, abandonando-o à sua sorte. Contudo, importa ler os acontecimentos à luz da época. La Romana dependia da Junta da Galiza e o *modus operandi* movido contra os franceses não se compadecia com empenhamentos decisivos, contraproducente nos combates contra as tropas francesas. Na verdade, La Romana fustigou sistematicamente o invasor desde a sua marcha do Minho a Orense. Depois, mediante interesse mútuo, acorda verbalmente com Silveira uma operação defensiva combinada. Mais eficaz no combate irregular, La Romana, naturalmente, retira depois do revês sofrido perto de Verin. Na verdade, o mesmo acontecerá, logo de imediato, às forças de Pizarro, que protegia o flanco oposto ao de La Romana.
43 Importa compreender a atitude popular, por um lado, e a de Francisco da Silveira, por outro. O que se passou em Chaves, entre 9 e 12 de Março de 1809, é uma revivescência da resistência popular movida contra as tropas de Junot em 1808, que em quase todo o território nacional ousou não colaborar, flagelar, resistir, mortificar o invasor.
Relativamente a Francisco da Silveira, a manobra que executa perante a invasão de Soult insere-se na lógica do combate irregular, ou seja, manter o inimigo sob permanente contacto e pressão, executar surtidas súbitas e violentas sem empenhamentos decisivos, cortar as linhas de comunicações, abater o moral das tropas adversárias. Foi o que fez em Padrões de Teixeira (Régua), em Junho de 1808 e o que fará no combate da Ponte de Amarante e defesa do Vale do Sousa, em Abril de 1809. A verdade é que uma semana depois, em Braga, uma atitude semelhante e militarmente realista tomada pelo General Bernardim Freire de Andrade redundou no seu assassinato bárbaro às mãos de uma turba popular enraivecida e descontrolada.
44 Na praça permaneceram populares, as milícias de Chaves e ordenanças.
45 A posição de Santa Bárbara situa-se 5 km a sudoeste de Chaves. É uma posição forte, atendendo à orografia, domina as planícies que circundam a vila e cobre a linha de operações apoiada no vale do Tâmega, ou seja, a estrada de Vila Real: Ferreira Gil, ob. cit.
46 Além do Brigadeiro Francisco da Silveira, estavam presentes os Coronéis António Wenceslau Doutel de Almeida, João de Sousa Ribeiro da Silveira Magalhães e Agostinho Luís da Fonseca; Tenentes-coronéis José António Ferreira de Montalvão, Francisco de Figueiredo e Francisco Magalhães Pizarro; Sargento-mor Francisco de Almeida; Domingues Alvares Lobo, Juiz de Fora da Comarca de Chaves, como auditor.
47 O Tenente-coronel Magalhães Pizarro, finda a invasão de Soult, será presente a Conselho de Guerra, acusado pelo então Marechal de Campo Francisco da Silveira de desobediência. Pizarro será absolvido, atendendo à circunstância de, enquanto comandante do Regimento de Infantaria 12 de Chaves, ter procurado defender a sua guarnição militar, embora de forma contraproducente.
48 Anónimo, *Comemoração do Cerco e Tomada de Chaves*, Porto, Typografia do Porto Médico, 1909.
49 A guarnição compreendia 500 homens do Exército de Linha; 2.000 milícias; 1.200 ordenanças. Soult tomou também posse de 50 peças de artilharia, a maioria das quais

incapazes de fazer fogo. O destino dos sitiados foi diferente: enquanto os homens de linha foram organizados em companhias e seguiram com o exército francês, as milícias e as ordenanças foram enviadas para casa desarmadas, coagidas a não voltarem a pegar em armas.

50 Dizia Napoleão que o segredo da guerra está no segredo das comunicações, de tal forma que mudar a sua própria linha de operações é uma operação de génio e perdê-la é um facto tão grave que torna criminoso o general que disso for culpado. Soult, que mudou constantemente a sua linha de operações, permitiu, após a reconquista de Chaves, que Silveira lha cortasse, manobrando sistematicamente na sua retaguarda.

51 A desilusão dos franceses foi total quando atingiram e ocuparam Braga, em 20 de Março de 1809. "*Imaginavam encontrar a terra da promissão e deparou-se-lhes uma cidade deserta e sem recursos nem comodidades*": Ferreira Gil: ob. cit.

52 O assassinato do governador minhoto foi tão bárbaro e injusto quanto prejudicial. Bernardim Freire, à semelhança de Silveira em Chaves, sabia que a cidade era indefensável. Tal como

Silveira, Bernardim Freire pretendia retirar a sua força para montar a resistência em posições sucessivas, entre Braga e o Porto, para desgastar o potencial e o ímpeto do comandante francês. Do mesmo modo que em relação a Silveira, as opiniões de Bernardim Freire não surtiram efeito nos compatriotas, que o tacharam de traidor e «jacobino». A única diferença foi o remate final sofrido pelos comandantes que defendiam as Armas Portuguesas a Norte do Douro.

53 Citada pelo Coronel de Infantaria Cláudio Chaby, *Excerptos Históricos e Collecção de Documentos Relativos à Guerra Denominada da Penfentula*, Lisboa Imprensa Nacional, 1882, Vol. VI.

54 Manuel Themudo Barata, ob. cit.

55 O triângulo Abrantes-Tomar-Santarém constitui o objectivo-área de expectativa estratégica, no que respeita à possibilidade de manobrar para Norte ou Sul do Tejo.

56 Seguir-se-iam outras acções dos irregulares, desta vez efectuadas na Galiza pelo Marquês La Romana, que continuava activo e forçaria a retirada francesa da Galiza, em princípios de Junho.